



rema

## A educação ambiental como alternativa à erosão da memória: as queimadas na Amazônia pelas lentes do jornal Zero Hora/RS\*

Andresa Silva da Costa Mutz<sup>1</sup>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6869-370X>

Isabela Zacher Narciso<sup>2</sup>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8191-2818X>

**Resumo:** Este artigo caracteriza o fenômeno que denomino aqui por *erosão da memória* decorrente da exposição contínua a relatos – por meio da mídia impressa em especial, de tragédias ambientais que ocorrem no Brasil. Decorre de uma análise discursiva de inspiração foucaultiana sobre um jornal diário de ampla circulação no Rio Grande do Sul (Zero Hora/Grupo RBS). A pesquisa mapeou as enunciações relativas às tragédias envolvendo o meio ambiente ocorridas entre os meses de janeiro à dezembro de 2019. Como resultado, foram identificadas 132 ocorrências em 314 edições publicadas ao longo do período em análise. Destas, 56 diziam respeito às queimadas na Amazônia. O fenômeno foi enunciado em 194 excertos dentre editorial, matéria de capa, charge, artigo de opinião, entre outros. Em 2019 o caso das queimadas ganhou visibilidade nacional e internacional, mas mesmo assim, volta a se repetir a cada ano, entrando para o conjunto de sucessivas notícias trágicas com as quais temos nos acostumados. O que me levou a refletir sobre a necessidade de potencializarmos a ação política por meio da educação, em especial, da educação ambiental, tomando-a como ato de resistência à naturalização de eventos como este que têm marcado nossa história recente.

**Palavras-chave:** Memória; Jornalismo; Tragédia Ambiental; Educação Ambiental; Estudos Culturais.

### LA EDUCACIÓN AMBIENTAL COMO ALTERNATIVA A LA EROSIÓN DE LA MEMORIA – LOS INCENDIOS EN LA AMAZONIA A TRAVÉS DE LOS LENTES DEL DIARIO ZERO HORA/RS

**Resumen:** Este artículo caracteriza el fenómeno que llamamos aquí la *erosión de la memoria* resultante de la exposición continua a los informes, a través de los medios impresos en particular, de las tragedias ambientales que ocurren en Brasil. Surge de un análisis discursivo de inspiración foucaultiana de un diario de amplia

\* Artigo decorrente de projeto de pesquisa realizado por meio de financiamento público relativo ao Edital Universal MCTIC/CNPq 2018.

<sup>1</sup> Professora do Departamento Interdisciplinar e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Líder do Grupo de Estudos em Educação, Interdisciplinaridade e Tecnologias (CNPq). E-mail: [andresa.mutz@ufrgs.br](mailto:andresa.mutz@ufrgs.br)

<sup>2</sup> Aluna do curso Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista PIBIC/CNPq. E-mail: [isabelanarciso47@gmail.com](mailto:isabelanarciso47@gmail.com)

circulação em Rio Grande do Sul (Zero Hora/Grupo RBS). La investigación mapeó las declaraciones relacionadas con tragedias ambientales ocurridas entre enero y diciembre de 2019. Como resultado, se identificaron 132 ocurrencias en 314 ediciones publicadas a lo largo del período de análisis. De estos, 56 se referían a incendios en la Amazonía. El fenómeno fue constatado en 194 extractos entre editorial, portada, viñeta, artículo de opinión, entre otros. En 2019, el caso de los incendios cobró visibilidad nacional e internacional, pero aun así, se repite cada año, sumándose al conjunto de sucesivas noticias trágicas a las que nos tiene acostumbrados. Lo que nos me llevó a reflexionar sobre la necesidad de potenciar la acción política a través de la educación, en especial la educación ambiental, tomándola como un acto de resistencia a la naturalización de hechos como este que han marcado nuestra historia reciente

**Palabras-clave:** Memoria; Periodismo; Tragedia Ambiental; Educación Ambiental; Estudios Culturales.

## THE ENVIRONMENTAL EDUCATION AS AN ALTERNATIVE TO MEMORY EROSION – THE BURNS IN THE AMAZON THROUGH THE LENSES OF THE NEWSPAPER ZERO HORA/RS

**Abstract:** This article characterizes the phenomenon that has been called here the *erosion of memory* resulting from the continuous exposure to reports – through the printed media in particular, of environmental tragedies that occur in Brazil. It stems from a Foucauldian-inspired discursive analysis of a daily newspaper with wide circulation in Rio Grande do Sul (Zero Hora/Grupo RBS). The research mapped the statements related to tragedies involving the environment that occurred between January and December 2019. As a result, 132 occurrences were identified in 314 editions published throughout the period under analysis, from which, 56 concerned fires in the Amazon. The phenomenon was stated in 194 excerpts between editorial, cover story, cartoon, opinion article, among others. In 2019, the case of the fires gained national and international visibility, but even so, it repeats itself every year, joining the set of successive tragic news that we have become accustomed to. That has led me to reflect upon need to enhance political action through education, especially environmental education, taking it as an act of resistance to the naturalization of events like this that have marked our recent history.

**Keywords:** Memory; Journalism; Environmental Tragedy; Environmental Education; Cultural Studies.

### Introdução

*Um bom funcionamento dos meios de comunicação depende de uma erosão da memória. Só pode haver uma notícia, se as que já existem não forem lembradas.*  
Luciano Concheiro (2018, p.37).

Em 22 de agosto de 2019, no Estado do Pará, o Procurador da República Paulo de Tarso Moreira Oliveira assinou Despacho Inicial para Expedição de Ofício buscando esclarecer junto aos órgãos competentes os fatos relativos ao chamado DIA DO FOGO. O INPE, IBAMA e Força Nacional foram acionadas, bem como Ministério Público Estadual, Polícia Militar e Polícia Civil em Novo Progresso/PA.

Refere-se à suspeita de que produtores rurais estariam envolvidos em um planejamento para realizarem simultaneamente queimadas na região do município na data do dia 10 de agosto de 2019, naquilo que denominaram como uma “manifestação” a fim de chamar a atenção do Governo Federal e conferir visibilidade às suas causas.

No despacho<sup>3</sup> o Procurador da República afirma que

Dados técnicos divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), (...) registraram uma explosão de focos de incêndio na região, entre os dias 10 e 11 de agosto de 2019, sendo 124 registros no sábado, dia 10/08, e, no domingo (11/8), o número de incêndios pulou para 203 casos. Na parte do município de Altamira, sob influência da BR-163, o salto no sábado foi ainda maior, 743%, com 194 casos. No domingo, foram 237 ocorrências (OLIVEIRA, 2019).

Diante do exposto, fiquei a me perguntar, porque a explosão de focos de incêndio na Amazônia, amplamente noticiada no jornal *Zero Hora* nos meses de agosto e novembro de 2019 - fonte primária para produção de dados nesta pesquisa, foi enunciada como “mais uma catástrofe” daquele ano. Também em 2019 uma barragem de rejeitos desabou matando mais de duas centenas de pessoas e o Litoral brasileiro foi contaminado com óleo deixando um rasto de poluição ao longo de parte da costa – que caiu no esquecimento nos anos seguintes, 2020 e 2021, pela avalanche de notícias de milhares de mortos em decorrência da Pandemia de Coronavírus que ainda hoje, enquanto escrevo este artigo em meados do ano 2022, nos assola e atemoriza.

Proponho pensarmos os ditos sobre as queimadas da Amazônia como parte de um fenômeno social e cultural de nosso tempo marcado pelo que Luciano Concheiro (2018) nomeia como *erosão da memória*. Ao explicar o modo como o tempo é acelerado no estágio mais atual do capitalismo e discorrer a respeito de seus efeitos sobre o modo como lidamos com as informações, o autor afirma

É natural que, ao introduzir um crescente número de golpes de informação em um mesmo lapso temporal, a velocidade com que as notícias sucedem aumenta. **O futuro da realidade apresenta-se cada vez mais rápido, alterando a forma como percebemos e nos relacionamos com os eventos.** A sensação generalizada é que tudo acontece mais rápido, que nada permanece. Visto sob outra perspectiva: **nenhum acontecimento tem grande importância, já que todos acabam sendo superados e esquecidos** (CONCHEIRO, 2018, p. 38, grifos meus)

Por essa razão, assumo aqui a posição de que precisamos problematizar as queimadas – sua recorrência, sua intensificação, sua naturalização, como acontecimento que marca, divide, atravessa com muita força a história mais recente da Amazônia e exige de cada um/a

<sup>3</sup> Disponível em <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2019/dia-do-fogo-nf-instaurar.pdf>  
Acesso em 30 jan.2022

de nós uma tomada de posição com objetivo de resistir à catástrofe que se apresenta desde então naquela região.

Tomando emprestada lentes teóricas de Michel Foucault, me aproximei dos ditos acerca da Amazônia, postos em circulação em um jornal impresso na intenção de mapeá-los, e de verificar as recorrências e os silenciamentos que marcam o tema na mídia em questão. Principalmente porque Foucault entendia que o discurso “(...) define e produz os objetos do nosso conhecimento, governa a forma com que o assunto pode ser significativamente falado e debatido, e também influencia como ideias são postas em prática e usadas para regular a conduta dos outros” (HALL, 2016, p. 80).

De outro modo, podemos dizer que os ditos sobre um determinado tema, ajudam a constituir a realidade sobre uma questão. “A linguagem é capaz de fazer isso porque ela opera como um sistema representacional” (HALL, 2016, p. 18). Por essa razão, me ocupei em identificar os modos como a tragédia das queimadas em nossa floresta foi representada. Atentei às palavras utilizadas, as histórias narradas, as imagens expostas, enfim, procurei rastrear os significados compartilhados sobre elas, uma vez que “nós concedemos sentido às coisas pela maneira como as representamos” (HALL, 2016, p. 21).

Entendemos, nesta perspectiva, que não existe, a *priori*, um significado ideal que deveria ser atribuído à Amazônia, mas que estamos no interior de nossa cultura, produzindo e negociando sentidos. De onde decorre, nossa intenção, de por meio deste trabalho, propor resistência no modo como estamos significando as tragédias que lhe envolvem.

O artigo que segue está dividido em três seções: na primeira, intitulada **Amazônia em discurso** apresento as escolhas teóricas e metodológicas que fiz para produção e análise dos dados empíricos desta investigação; em seguida, na seção **O tolerável da destruição** apresento os resultados obtidos com a pesquisa e estabeleço diálogo como outros pesquisadores da área da Educação Ambiental que tomam a Amazônia como objeto de estudos; e por fim, concluo com a seção **(Re)memorar é resistir!** na qual apresento o conceito de erosão da memória para dar ênfase a modos de resistência, desde a perspectiva da educação ambiental, ao cenário social, político, cultural, ambiental que nos impõe a contemporaneidade.

## 1. Amazônia em discurso

Os discursos sobre a Amazônia, instauram modos de ver e de fazer ver a floresta, a natureza, o meio ambiente. Diferentes artefatos da cultura, colocam em circulação determinadas verdades sobre a floresta e seus habitantes. Desde desenhos animados, filmes de cinema, música, passando por livros didáticos, políticas curriculares, leis e decretos<sup>4</sup>.

Somos convocados a pensar a Amazônia por meio das lentes que os discursos sobre meio ambiente e natureza nos emprestam, afinal, “(...) não podemos pensar qualquer coisa em qualquer momento, **pensamos apenas nas fronteiras do discurso do momento**” (VEYNE, 2011, p. 49, grifo nosso).

Pesquisadores alinhados à perspectiva dos Estudos Culturais, ao investigarem os ditos sobre questões centrais à educação ambiental, demonstraram o funcionamento de um dispositivo da sustentabilidade que

demanda a produção de um tipo de sujeito disposto a mudar seus hábitos de vida, além de ser sensível aos apelos ligados à promoção da sustentabilidade, pois ser “verde”, hoje, é estar ligado ao seu tempo. Entretanto, mais do que a produção de uma subjetividade “verde”, **o que está também em jogo é a conexão indelével, arrebatadora, desse humano às prerrogativas de um mercado que está se revitalizando, se renovando, se expandindo lucrativamente, como “verde”** (SAMPAIO; GUIMARÃES, 2012, p. 402, grifo nosso)

No interior desse dispositivo prevalecem, como demonstraram Sampaio e Wortmann (2014), **discursos sobre a sustentabilidade** [que] constituem uma chave de inteligibilidade para se pensar a Amazônia contemporaneamente (...) e regular as relações que se processam entre as pessoas que vivem neste local e a natureza (SAMPAIO; WORTMANN, 2014, p. 73)

Articulam-se neste dispositivo ainda, a nosso ver, o **discurso da crise ambiental**, como descrito por pesquisadoras que, inspiradas na obra de Michel Foucault, estudaram os enunciados postos em circulação em uma revista nacional de ampla circulação e identificaram nas manchetes de capa “um forte chamamento para riscos e perigos quanto à continuidade de vida na Terra atrelado ao convite para que participemos da grande campanha mundial” (GARRÉ; HENNING, 2017, p. 01)

Partimos do pressuposto que estes discursos disputam nossa atenção em diferentes artefatos da cultura. Os enunciados aqui mapeados, de alguma forma, se articulam, sustentam

---

<sup>4</sup> Para aprofundar este tema - relações entre meio ambiente, natureza e mídias, sugere-se acompanhar as publicações de grupos de pesquisas dedicados à temática, tais como GEECAF **Grupo de Estudos Educação, Cultura, Ambiente e Filosofia** (<https://www.facebook.com/geecaf/>), NECCSO **Grupo de Estudos em Currículo, Cultura e Sociedade** (<https://www.ufrgs.br/neccso/>), entre outros.

e atualizam esses dois discursos. Como ensinou Foucault (2008), é pelo fenômeno da recorrência que determinados saberes se dispersam. E nós, pesquisadores, precisamos mapeá-los na superfície dos discursos, tendo sempre no horizonte de análise o fato de que “o enunciado é da ordem da raridade, ele não existe se não for fazendo parte de uma série ou conjunto num jogo enunciativo” (GARRÉ; HENNING, 2017, p. 313).

Somos desafiados a articular a proliferação interna das enunciações com a raridade de enunciados conservados ao longo do tempo que se atualizam em discursos tornados visíveis e dizíveis, devidos a condições muito específicas.

Nesse sentido, tenho entendido que as enunciações mapeadas nesta pesquisa, contribuem de alguma forma para atualizar outros discursos por meio da repetição do **enunciado que aponta para um limite tolerável de destruição da natureza**. Tem-se, aqui, enunciações de campos distintos – economia, gestão de riscos, política internacional, mas que obedecem às mesmas regras de funcionamento. Dizem respeito à ética antropocêntrica, condição de possibilidade para organização das principais instituições modernas que nos constituem como sujeitos no contemporâneo. Temos aprendido desde muito tempo que “o Homem deveria dominar a natureza para, por meio da dominação, libertar-se de si mesmo” (GRÜN, 2012, p. 38). De onde resulta, como afirma Grün (2012) “a imobilidade e a indisponibilidade com as quais as sociedades contemporâneas tem assistido à degradação ambiental [que] deve-se em parte, à incapacidade de elaborar um discurso capaz de superar a distinção criada entre natureza e cultura” (p. 60).

E talvez aí resida nosso maior desafio como pesquisadores do campo da educação ambiental. Fazer a crítica ao paradigma moderno, sem nos filiar aos movimentos reacionários que vemos emergir com força nesta década. Questionar a Ciência, por exemplo, não é o mesmo que se opor a ela. Nossas críticas são de outra ordem. Não propomos a destruição do paradigma que instaura a Modernidade. Somos devedores dela, que tornou existente a maioria das instituições que nos garantem hoje civilidade e cidadania. Nosso trabalho é da ordem da desconstrução. Ou seja, procuramos desmontar o edifício moderno, para entender como foi construído, como nos constituímos sujeitos nele. De modo que possamos propor novos arranjos, nele.

No entanto, é preciso ainda sublinhar que um dos efeitos desses discursos acima mencionados, que mais me impressiona e assusta, é o fortalecimento de uma sociedade que

se ocupa, cada vez mais com o gerenciamento do risco e consequente socialização dos danos no que tange às catástrofes ambientais (BECK, 2011). Gerenciam-se os riscos, e quando os crimes ambientais ocorrem, passamos a administrar mortes de pessoas e animas, perdas financeiras, reparar territórios, rios... É como se estivéssemos apenas remediando situações, ao invés de buscar evitá-las. E são justamente as populações mais atingidas pela desigualdade social, as que mais sofrem os efeitos da socialização dos danos decorrentes de nossa ação ou da nossa inércia, poderíamos dizer, para deter as grandes crises ambientais de nosso tempo.

## 2. O tolerável da destruição

No caso específico da pesquisa do qual decorre este artigo, foi possível verificar que um conjunto enunciações, vai produzindo, no interior do jornal aqui analisado, no que diz respeito às tragédias ambientais que marcaram o ano de 2019, um limite tolerável de destruição da floresta. Percebe-se uma disputa pela verdade, regional e global, acerca de quem pertence, quem deve cuidar, como deve cuidar e quem deve administrar a Amazônia, e principalmente, o quanto podemos “aceitar” ser destruído.

É recorrente no material empírico, o enunciado que destaca a importância da floresta para que o Brasil mantenha uma imagem política positiva perante os demais países. Em especial, porque tal imagem contribui para a participação do País em acordos internacionais e também concorre com a execução de bons acordos financeiros. Enquanto as chamas vão consumindo milhares de quilômetros de florestas, destruindo a vegetação e os animais que vivem nelas, a discussão no plano político, se pauta em análise numérica que compara o estrago de 2019 aos ocorridos em anos anteriores. Percebe-se uma disputa interna no jornal que posiciona diferentes sujeitos - ora a defender a posição de que não se deveria fazer alarmismos, afinal, o número de queimadas não cresceu tanto em relação a anos anteriores, e de outro lado, articulam-se gráficos e tabelas, a indicar, pela “verdade dos números” (BELLO; TRAVERSINI, 2009) a gravidade da atual crise que vive a região.

Foram encontradas 56 ocorrências relativas à Amazônia no conjunto do material empírico analisado. Nestas, verifiquei 194 enunciações, tomando-as como meu *corpus* de trabalho. Passei a examina-las a partir de unidades de análise, provenientes das recorrências identificadas no trabalho de produção dos dados.

Prevalece o sentido de natureza submetida à ação humana que toma a floresta como objeto central na organização da participação brasileira na política internacional. É possível verificar também uma disputa discursiva no qual se mobilizam os saberes estatísticos para promoção do debate acerca do quanto já destruimos, do quando ainda podemos destruir de nossa floresta. Enuncia-se um “limite tolerável de destruição”. E ainda, por fim, verifica-se a força do discurso do consumo consciente ou consumo verde, promovendo a preservação do meio ambiente como ativo para melhorar os negócios.

**Tabela 1:** Enunciações sobre a Amazônia no jornal ZH

Categorias	Ocorrências
Amazônia como vitrine política no exterior	97
A destruição da Amazônia como dado estatístico	52
A preservação da natureza como um bom negócio	45

Fonte: A autora

### 2.1. Amazônia como vitrine política da imagem nacional no exterior

Foram recorrentes no conjunto de materiais analisados, enunciações que apontam para a Amazônia como vitrine da nossa imagem no exterior. Sobre as queimadas que vinham ocorrendo com intensidade ao longo do mês de agosto de 2019, lemos no editorial do jornal ZH que “(...) *nada prejudica mais a imagem do Brasil no Exterior do que a questão ambiental*” (UM ERRO..., 2019, p. 24).

As queimadas se tornaram notícia quando a fumaça vinda do norte do País chegou à São Paulo. Um colunista do jornal ZH afirma, em seu texto carregado de vocábulos que indicam apreensão, temor, medo: “*As cenas de trechos da Amazônia em chamas e do céu escurecido da capital econômica do país em pleno dia em razão da fumaça têm potencial para prejudicar ainda mais a imagem externa do Brasil*” (LOPES, 2019, p. 18). Ao longo de seu texto, afirma: “*Agora, são as estatísticas que colocam o país no bastião da infâmia ambiental*” (LOPES, 2019, p. 18).

É possível perceber que a ênfase da notícia não está nos prejuízos humanos e não humanos decorrentes das queimadas. Mas na manutenção de uma imagem nacional, que afeta a posição política e econômica do Brasil no tabuleiro global do capitalismo. E mais, que

põe em alerta as nações mais ricas do mundo quanto aos perigos advindos da má administração dos riscos ambientais por parte dos gestores públicos brasileiros.

Afinal, como explica Beck (2011) “os riscos da modernização cedo ou tarde acabam alcançando aqueles que os produziram ou que lucram com eles (p. 27). Evidência dessa preocupação global com a Amazônia, é narrada no jornal ZH quando alerta que “*As queimadas no norte do Brasil estão chamando a atenção do mundo. Ontem à tarde, a hashtag #PrayForAmazonas esteve entre os assuntos mais comentados no Twitter – chegou a alcançar o primeiro lugar*” (FOCOS..., 2019, p. 26). E ainda, quando se enuncia que “*O aumento do desmatamento e do número de queimadas na Amazônia impulsionou cidadãos de todo o mundo a convocarem manifestações em defesa da maior floresta tropical do planeta*” (TENSÃO..., 2019, p. 22). Ou com esse registro do colunista “*Hoje, o mundo tem cada vez mais a sensação de que o Brasil não consegue cuidar da Amazônia. Se multiplicam as notícias e as opiniões nesse sentido.*” (MILMAN, 2019, p. 2)

E não se trata de piedade das nações mais ricas e poderosas do mundo, como os prejuízos humanos e não humanos locais decorrentes dessa destruição das nossas florestas. Ao caracterizar a sociedade de risco, estágio contemporâneo da modernidade no qual nos encontramos, Beck (2011) explica que “a produção social da riqueza é acompanhada sistematicamente pela produção social de riscos” (p. 23) que são socializados entre todas as nações, entendidos como danos colaterais latentes decorrentes do processo produtivo. E “tampouco os ricos e poderosos estão seguros diante deles (idem, p. 27).

O tema foi matéria de destaque no jornal ZH e pode-se perceber como se enuncia a causa das queimadas como questão de interesse das nações mais ricas do mundo: “*As imagens da floresta amazônica em chamas provocaram uma comoção global e impulsionaram o assunto na agenda das discussões do G7, apesar da relutância inicial do Brasil por não estar presente na cúpula de Biarritz, no sul da França*” (G7..., 2019, p. 6).

## **2.2 A destruição da Amazônia como dado estatístico**

É possível perceber também as disputas discursivas em torno da questão da Amazônia quando diferentes autoridades, desde o presidente da república no Brasil, passando outros chefes de Estado e até o Papa, tomam posição em relação ao tema nas páginas do jornal analisado.

Foi chamada de CAPA o pronunciamento de abertura na Conferência da ONU realizado pelo presidente brasileiro: *“É falácia dizer que a Amazônia é patrimônio da humanidade”* (ZH, 25 set. 2019, ano 56 n. 19.513). Recebeu destaque também, de uma colunista do jornal ZH a posição do líder espiritual da Igreja Católica: *“Diante de uma multidão de fiéis reunidos na Praça de São Pedro, o papa Francisco disse estar preocupado com os incendios que devastam a floresta amazônica, que chamou de pulmão vital para o nosso planeta (...)”* (LAITANO, 2019, p. 4).

Temos o registro de uma entrevista à colunista, em programa de rádio vinculado ao jornal ZH. De onde lemos que: *“A ministra Teresa Cristina reconheceu o problema ontem, em entrevista à Radio Gaúcha, e disse que a melhor estratégia de defesa é dar a exata dimensão da crise: há aumento na quantidade e na área das queimadas, mas não com a gravidade que a desinformação ajudou a espalhar pelo mundo”* (SFREDO, 2019, p. 14). Na mesma coluna, outros ditos reforçam o temor de líderes do agronegócio, a quem interessa e muito a fala da Ministra da Agricultura, de que a situação resulte em prejuízos na exportação de produtos brasileiros para o restante do mundo.

Em uma posição contrária a esse conjunto de enunciações que atenuam a gravidade das queimadas na Amazônia, vemos uma série de dados estatísticos acerca do crescimento de focos de incêndio naquele ano de 2019. Uma chamada de reportagem especial anuncia: *“Focos de incêndio crescem 84%. Nos últimos dias, florestas e matas foram tomadas por chamas em diversos Estados. É o maior índice desde 2013”* (ZH, 2019, 22 de ago., p. 26).

Tabelas e gráficos mostram o número de focos de incêndio no Brasil. Pode-ver que em 2013, o número era de 35.567. E em 2019, subiu para 74.155. Outra tabela indica os focos classificados por biomas. Amazônia corresponde à 52,6% contra 29% do Cerrado e 10,9% da Mata Atlântica. E na comparação com os demais países da região, o Brasil marca 74.155 contra 26.472 focos na Venezuela, 5.619 no Peru e 335 no Uruguai, por exemplo. (INCÊNDIOS..., 2019, p. 23).

Ao discorrer sobre os dados consolidados obtidos pelo INPE, o então Ministro do Meio Ambiente, em coletiva de imprensa registrada pelo jornal ZH em uma reportagem especial, já em fins de 2019, afirma: *“O índice (de queimadas) está maior porque, no ano passado, foram tempos chuvosos. Se a gente pegar a série histórica dos últimos 15 anos, está na média. Não se pode gerar alarmismos”* (DESMATAMENTO..., 2019, p. 12)

O jornal dá destaque, ainda, a um acontecimento político de grande significado para esta pesquisa. Lemos assim *“A divulgação do crescimento do desmatamento na região, registrado pelo INPE, irritou o presidente a ponto de mandar demitir o então diretor do órgão”* (BOLSONARO..., 2019, p. 9).

E ainda, em uma reportagem especial, lemos *“Segundo o sistema de monitoramento PRODES, que oferece o dado mais preciso, consolidado e com nível de confiança superior a 95%, foram destruídos 9.726 km<sup>2</sup>, um aumento de 29, 5% em comparação com o ano anterior”* (DESMATAMENTO..., 2019, p. 30)

Aqui entendemos a utilização desses dados como evidência da força dos números em nossa sociedade, como já indicavam Traversini e Bello (2009) *“(...) na atualidade, os números, os índices e as taxas, ocupam uma posição de centralidade, talvez, devido ao fato de os números terem adquirido ‘um indiscutível poder na cultura política moderna’* (p. 136 *apud* Rose, 1991, p. 673).

Assim, mais uma linha de força entra no jogo da disputa pela verdade sobre a Amazônia. Na perspectiva de onde fazemos nossa análise, não importa se os gráficos *“representem mesmo”* a quantidade de focos. É certo que precisamos, como cidadãos, nos posicionarmos contra as queimadas e desmatamento da Amazônia. E nossa luta não se resume a definir uma porcentagem aceitável de destruição. Não há como fixar limite tolerável aqui.

A disputa discursiva em torno da Amazônia é tão intensa, que mesmo diante da força de verdade que os números têm em nossa cultura, neste caso, como pude perceber no conjunto de materiais empíricos analisados, esta força parece ser neutralizada por outros discursos em funcionamento que apontam para a possibilidade, por exemplo, de um capitalismo sustentável.

Os números geraram engajamento social. Há registros no próprio jornal de pronunciamentos em favor da Amazônia por parte de celebridades midiáticas nacionais como Camila Pitanga e Padre Fábio de Mello (ZH, 22 ago., p. 26) e outros internacionais como Demi Lovato e Leonardo Di Caprio (ZH, 22 ago. p. 26/ZH, 24 e 25 ago., p. 6).

Por isso, fiquei a me perguntar se já naturalizamos a destruição da Amazônia. Tomamos, como sociedade, a inevitabilidade do desmatamento (legal e ilegal) e do incêndio (legal e ilegal)? Minha hipótese de pesquisa é que, uma característica de nosso tempo – a

erosão da memória decorrente da intensa exposição à enxurrada de informação que recebemos no contato diário com as mídias, é uma das condições de possibilidade para a aparente falta de empatia e de mobilização coletiva dos cidadãos frente a este grave processo de destruição de nossa floresta.

Somado ao fato de que, como demonstraram Sampaio e Guimarães (2012), o cidadão é constantemente

interpelado pelos mais diferentes discursos sobre sustentabilidade: os discursos legais, institucionais, governamentais, midiáticos, escolares, dos movimentos sociais. Nos entrelaçamentos entre o visível e o enunciável, produzem-se os agenciamentos das subjetividades pelo dispositivo da sustentabilidade (p. 42).

Este agenciamento ocorre a fim de conformar os padrões de consumo contemporâneos, descritos por Zygmunt Bauman (2009) com efeitos das mudanças climáticas que todos nós, e cada um nós, sente em maior ou menor grau, em seu corpo, em sua comunidade, a cada ano. A ambivalência marca nossos hábitos de consumo, afinal,

a curta expectativa de vida de um produto na prática e na utilidade proclamada está incluída na estratégia de marketing e no cálculo de lucros: tende a ser preconcebida, prescrita e instilada nas práticas dos consumidores mediante a apoteose de novas ofertas (de hoje) e a difamação das antigas (de ontem). **Entre as maneiras com que o consumidor enfrenta a insatisfação, a principal é descartar os objetos que a causam.** A sociedade de consumidores desvaloriza a durabilidade, igualando “velho” a “defasado”, impróprio para continuar sendo utilizado e destinado à lata de lixo (BAUMAN, 2009, p. 31, grifo meu).

Assim, seguimos padrões de comportamento que estão em alta, subjetivados pelo discurso do consumo consciente (MUTZ, 2014), para compras do cotidiano – damos preferência para produtos sem embalagem, calçados com sola de borracha, frequentamos bares que usam canudos biodegradáveis para bebidas, trocamos as sacolas plásticas por *ecobags*; ao mesmo tempo que, ensejados pelo capitalismo, trocamos de celular a cada ano, produzindo toneladas de lixo eletrônico que os países ricos insistem em descartar nos continentes mais pobres do globo terrestre. Não se deseja acabar ou diminuir o consumo, apenas controlar os padrões de compra dentro de um limite tolerável para evitar o superendividamento e seu equivalente, ambiental, as grandes catástrofes decorrentes da mudança climática, superaquecimento, etc. Ou estimular outros tipos de consumo, como os de produtos ecológicos, que em geral, são mais caros porque tem a “defesa do meio ambiente” como valor agregado.

### 2.3 Preservar a natureza é um bom negócio

Por fim, destaco um último conjunto de enunciações que se articulam às duas categorias acima mencionadas, reforçando a noção de que é preciso preservar a Amazônia, devido aos benefícios financeiros decorrentes desta tomada de posição.

Por exemplo, na chamada de uma reportagem sobre os impactos negativos da inércia do governo brasileiro ao tratar das queimadas, lemos: *“Há temor que as críticas externas transformem-se em restrições comerciais”* (PRESSIONADO..., 2019, p. 8). Esse mesmo alerta, é enunciado na sentença que aponta para os riscos decorrentes de sanções internacionais ao Brasil, partindo-se do pressuposto de que as queimadas aqui, impactam a vida nas nações mais ricas do mundo. Percebe-se que, quem de fato, mais é impactado pelas queimadas, os habitantes humanos e não humanos da floresta, não são considerados na equação. Não entram na estatística do risco. Não se consideram as probabilidades de doenças e mortes deles, por exemplo. Como explica Bauman (2013)

Aparentemente, os riscos são neutros e não intencionais, e seus efeitos aleatórios; na verdade, porém, os dados do jogo dos riscos são viciados. **Há uma afinidade seletiva entre a desigualdade social e a probabilidade de se tornar uma vítima de catástrofes, sejam elas “naturais” ou provocadas pelo homem**, embora em ambos os casos os danos sejam declarados não intencionais e não planejados. Ocupar a base da pirâmide da desigualdade e tornar-se “vítima colateral” de uma ação humana ou desastre natural são situações que interagem da mesma forma que os polos opostos de um ímã: tendem a girar um em torno do outro (p. 12, grifo meu).

Mas o que se percebe, em trecho extraído do jornal, onde se lê-se que *“A repercussão dos incêndios florestais espalha preocupação entre segmentos exportadores da economia brasileira”* (EXPORTADORES..., 2019, p.9), é que os segmentos da economia ligados à exportação, que são narrados nos materiais empíricos analisados nesta pesquisa, como os que se encontram em maior risco, em decorrência dos incêndios na Amazônia.

Outro ponto que chama atenção, diz respeito a preocupação narrada nas páginas do jornal ZH, aos impactos econômicos no plano internacional decorrente das queimadas e da (falta de ) ação por parte do Estado brasileiro. Nesse mesmo sentido, lemos que a *“Alemanha e Noruega anunciaram, na semana passada, a suspensão do repasse de recursos para o Fundo*

da Amazônia, que une recursos nacionais e internacionais em prol da preservação ambiental” (FOCOS..., 2019, p. 26). Mas, como já no alertava Bauman (2010), é preciso ter em mente que “(...) o capitalismo se destaca por criar problemas, e não por solucioná-los” (p. 7). Nosso padrão de consumo atual exige métodos de produção que agridem o meio ambiente, e a emergência do discurso do consumo consciente, em articulação com o discurso do medo pela perda do planeta, e ainda o discurso da sustentabilidade, são proposições que, num primeiro exame, podem ser admitidas como solução. Mas se mostram, em análise, linhas de enunciação que reforçam ou ensejam ainda mais o consumo, afinal, sempre há uma novidade no mercado que promete auxiliar o consumidor a “salvar o Planeta” com seus atos de compra.

Os colunistas, assumem posição de especialistas e explicam aos leitores nos excertos a seguir, porque preservar a Amazônia é um bom negócio: “O risco ambiental é um dos quesitos analisados por companhia que investem ou pretendem investir no Brasil” (LOPES, 2019, p. 18); “Essa falta de seriedade afeta a imagem e os negócios do país no Exterior” (BAHIA, 2019, p. 12). Assim, pela repetição, se multiplicam enunciações que justificam, por meio de argumentos econômicos, a necessidade de uma postura ativa do Estado com vistas ao controle do fogo e queimadas na Amazônia.

A coluna do jornal fala em risco ambiental, relacionando-o às perdas no agronegócio: “Quem fez soar a alarme da Esplanada foram os representantes do agronegócio. Pragmáticos e preocupados com a manutenção de mercados, alertaram o governo: o país só tem a perder com a imagem de vilão ambiental” (BAHIA, 2019b, p. 21). E ainda, noutra passagem, o jornal faz um prognóstico “Além de ameaçar o agronegócio, o despreparo governamental para questões ambientais pode atingir a meta do governo Bolsonaro de aumentar significativamente o fluxo turístico externo” (AS..., 2019, p. 24). Outro excerto que corrobora com esse argumento: *É uma ameaça, por exemplo, ao acordo de livre-comércio entre o Mercosul e a União Europeia. **E quem mais tem a perder, no fim das contas, é o próprio agronegócio***” (UM..., 2019, p. 24, grifo meu). Que peculiar, não? O setor do agronegócio, historicamente criticado por destruir o meio ambiente para avançar com a criação de gado, monocultura, etc., assume a posição de sujeito pró - Amazônia, atravessado por discursos ambivalentes, como mencionamos acima. Uma mesma formação enunciativa, que estabelece **o limite tolerável de destruição**, e reverbera de formas distintas envolvidas na luta pela verdade acerca dos modos como devemos produzir e consumir em nosso tempo.

### 3. (Re)memorar é resistir!

Desde março de 2020, os noticiários e a mídia jornalística, em geral, foram tomados por imagens de horror decorrentes da pandemia do Coronavírus (COVID-19) - uma doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2. Em março de 2022, enquanto escrevo este artigo, vivemos o declínio agudo do número de mortes, embora os novos casos ainda sigam sendo notificados aos milhares. Já estamos recebendo a dose de reforço das vacinas criadas emergencialmente para conter a contaminação. Mas durante o ano de 2019, tínhamos também sido assolados com grandes tragédias, naquele momento, envolvendo a questão ambiental – rompimento da Barragem de Brumadinho (MG), derramamento de milhares de litros de óleo cru no Litoral brasileiro, e as queimadas na Amazônia. A fumaça decorrente das centenas de focos de incêndio – suspeita-se criminosos, ocorridos naquele ano, chegou à região sudeste do País e escureceu o céu de São Paulo.

Parti da hipótese inicial, que se demonstrou adequada ao longo da execução desta pesquisa (2019-2021): a sucessão de matérias sobre tragédias, postas em circulação na mídia contribui para com o esquecimento das mesmas, por parte da população. Seria essa uma das condições de possibilidade para que permaneçamos indiferentes a todas elas. Retomo a obra de Concheiro (2018), intitulada *CONTRA O TEMPO*, onde nos alerta que “acompanhar as notícias é como submergir no Rio Lete, cujas águas, segundo a mitologia grega, provocam a desaparecimento das lembranças. Sua incessante pretensão de apresentar novidades fomenta a amnésia dos sujeitos, que para apreendê-las são obrigados a apagar de sua mente as notícias antigas” (p. 37).

Estamos nós, professores e pesquisadores da área da Educação Ambiental, nos banhando nas águas do Rio Lete também? **PRECISAMOS resistir à erosão da memória.** Principalmente porque

O fato de que se esqueça com facilidade faz com que os interesses e as afinidades políticas sejam efêmeras. As causas são abraçadas por um breve período de tempo. Quase são esquecidas imediatamente. Não é possível construir um vínculo íntimo com elas. **O compromisso também é debilitado porque precisa da memória para existir. Sem memória, nenhuma relação pode afiançar-se. Tampouco a possibilidade de construir um futuro comum** (CONCHEIRO, 2018, p. 39, grifo meu)

Insisto que a resistência, neste caso, passe pela (re) memorização dos acontecimentos. Para desnaturalizar e dessencializar enunciados que nos “ensinam” a aceitar

um limite tolerável de destruição do meio ambiente. Para firmar compromissos políticos contra governantes que não consideram a pauta ambiental. Para possibilitar aos meus alunos e alunas, novas formas de construir seu futuro.

## Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário e outros temas contemporâneos**. AGUIAR, Eliana (trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Danos colaterais: desigualdades sociais numa era global**. MEDEIROS, Carlos A. (trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a outra modernidade**. NASCIMENTO, Sebastião (trad.). 3º ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

CONCHEIRO, Luciano San Vicente. **Contra o tempo: filosofia prática do instante** / Luciano Concheiro San Vicente; prólogo de Pablo Gentili ; Nicolás Arata. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2018. Libro digital, PDF. Disponível em [http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20180903044628/Contra\\_o\\_tempo.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20180903044628/Contra_o_tempo.pdf) Acesso em 02 de fev. 2022

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. MARTINS, Cláudia Santanna (trad.). São Paulo: Brasiliense. 2005.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. NEVES, Luis F. (trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GARRÉ, Bárbara Hess.; HENNING, Paula Côrrea. Discurso de crise ambiental na mídia impressa. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, n.33, 2017. pp 0-10 Disponível em <https://doi.org/10.1590/0102-4698138587> Acesso em 20 fev. 2022.

GARRÉ, Bárbara Hess.; HENNING, Paula Côrrea. Travessias de uma pesquisa: mapeando algumas ferramentas metodológicas da análise do discurso em Michel Foucault. **Conjectura: Filos. Educ.**, Caxias do Sul, v. 22, n. 2, p. 300-319, maio/ago. 2017. Disponível em <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/viewFile/4723/pdf> Acesso em 20 fev. 2022.

GRÜN, Mauro. **Ética e educação ambiental: a conexão necessária**. 14º ed. Campinas/SP: Papirus, 2012.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. MIRANDA, Daniel; OLIVEIRA, William (trads.). Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

MUTZ, Andresa Silva da Costa. O discurso do consumo consciente e a produção dos sujeitos contemporâneos do consumo. **Educação em Revista** [online]. 2014, v. 30, n. 2 [Acessado 3 Agosto 2022] , pp. 117-136. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-46982014005000001>>. Epub 08 Abr 2014. ISSN 1982-6621. <https://doi.org/10.1590/S0102-46982014005000001>.

SAMPAIO, Shaula Maíra Vicentini de; WORTMANN, Maria Lúcia Castagna. Guardiões de um imenso estoque de carbono - Floresta Amazônica, populações tradicionais e o dispositivo da sustentabilidade. **Ambiente & Sociedade** [online]. 2014, v. 17, n. 2, pp. 71-90. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2014000200006> Acesso em 20 fev. 2022.

SAMPAIO, Shaula Maíra Vicentini de; GUIMARÃES, Leandro Belinaso. O dispositivo da sustentabilidade: pedagogias no contemporâneo. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 30, n. 2, 395-409, maio/ago. 2012. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2012v30n2p395/23324> Acesso em 10 mai. 2022.

TRAVERSINI, Clarice Salete; BELLO, Samuel Edmundo López. O Numerável, o Mensurável e o Auditável: estatística como tecnologia para governar. **Educação & Realidade**. 34(2):135-152 mai/ago 2009. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8267> Acesso em 20 fev. 2022.

VEYNE, Paul. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. MORAIS, Marcelo Jacques (trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

### Material empírico

**APÓS críticas de Macron, Bolsonaro anunciará medidas contra queimadas**. Zero Hora, Porto Alegre, ano 56, n.19.485, 23 ago. 2019. CAPA.

**AS lições do fogo**. Zero Hora, Porto Alegre, ano 56, n. 19.488, 27 ago. 2019. p. 24.

BAHIA, Carolina. **Bravatas não apagam fogo**. Zero Hora, Porto Alegre, ano 56, n. 19.486, 24 e 25 ago. 2019b. p. 21.

BAHIA, Carolina. **Queimada e o chute**. Zero Hora, Porto Alegre, ano 56, n.19.485, 23 ago. 2019. p. 12.

**BOLSONARO critica socialismo e faz defesa da Amazônia**. Zero Hora, Porto Alegre, ano 56, n. 19.513. 25 set. 2019. p. 9.

**CINCO séculos de destruição**. Zero Hora, Porto Alegre, ano 56, n. 19.486, 24 e 25 ago. 2019. p. 10.

**DESMATAMENTO na Amazônia cresce 29,5% e bate recorde.** Zero Hora, Porto Alegre, ano 56, n. 19.560. 19 nov. 2019. p. 30

**EXPORTADORES preocupados com impactos.** Zero Hora, Porto Alegre, ano 56, n. 19.486, 24 e 25 ago. 2019. p. 9

**FOCOS de incêndio crescem 84%. Zero Hora.** Porto Alegre, ano 56, n.19.484, 22 ago. 2019, p. 26.

**INCÊNDIOS no Brasil.** Zero Hora, Porto Alegre, ano 56, n.19.485, 23 ago. 2019. p. 23.

LAITANO, Cláudia. **Para fala em prol da Amazônia.** Zero Hora, Porto Alegre, ano 56, n.19.487, 26 ago. 2019. p. 04.

LOPES, Rodrigo. **A imagem do Brasil esfumaçada.** Zero Hora, Porto Alegre, ano 56, n.19.484, 22 ago. p. 18.

LOPES, Rodrigo. **Brasil não pode se dar ao luxo de rejeitar ajuda internacional.** Zero Hora, Porto Alegre, ano 56, n.19.485, 23 ago. 2019. p. 23.

MILMAN, Túlio. **Os focos de incêndio e o foco do debate.** Zero Hora, Porto Alegre, ano 56, n. 19.486, 24 e 25 ago. 2019. p. 2

**PRESSIONADO, Bolsonaro reage e exército vai combater o fogo.** Zero Hora, Porto Alegre, ano 56, n. 19.486, 24 e 25 ago. 2019. p. 8.

**DESMANTAMENTO na Amazônia cresce 29,5% e bate recorde.** Zero Hora, Porto Alegre, ano 56, n. 19.488, 27 ago. 2019. p. 12.

SFREDO, Marta. **Bolsonaro jogou gasolina na crise da Amazônia.** Zero Hora, Porto Alegre, ano 56, n.19.485, 23 ago. 2019. p. 11.

SFREDO, Marta. **Dois acertos de Bolsonaro: Amazônia exige racionalidade.** Zero Hora, Porto Alegre, ano 56, n.19.490, 29 ago. 2019. p. 14

**TENSÃO se acirra enquanto a Amazônia queima.** Zero Hora, Porto Alegre, ano 56, n.19.485, 23 ago. 2019. p. 22.

**UM erro Amazônico.** Zero Hora, Porto Alegre, ano 56. n. 19.462. 28 e 29 jul. 2019, p. 24.

*Submetido em: 28-04-2022*

*Publicado em: 15-08-2022*